

**Repensando uma Política Acadêmica em Ciências Sociais: tendências, desafios e novas utopias\***

Anete Brito Leal Ivo\*\*

**A**o final do ano passado, no âmbito das reuniões de discussão do Centro de Recursos Humanos, sistematizamos um conjunto de questões que tocam as mudanças em curso nas comunidades científicas e que vêm afetando o cotidiano do trabalho acadêmico, particularmente na área das ciências sociais. Todos identificamos pontos de inflexão da mudança social e institucional que exigem maturação, supõem o enfrentamento de desafios e a possibilidade de identificarmos caminhos e possibilidades no aprofundamento de uma identidade institucional.

Essas reflexões não apresentavam respostas definitivas nem verdades categóricas, mas buscavam partilhar sensibilidades: abrir-se à partilha de diagnósticos e preocupações. Nesse sentido, a síntese que lhes trago agora é mais um convite a avançarmos no horizonte de construção de um projeto institucional que supõe, necessariamente, uma abertura para a comunidade acadêmica mais próxima: de colegas, alunos e parceiros tradicionais do nosso trabalho acadêmico.

Nos últimos anos, temos vivenciado profundas mudanças nas sociedades contemporâneas, que afetam o padrão de estruturação do trabalho, da produção e das modalidades do desenvolvimento, transformam as formas da regulação política, as práticas socioculturais dos agentes sociais e os modelos de gestão das instituições públicas e privadas, alterando, inclusive os instrumentos pelos quais indivíduos e grupos sociais processam seus interesses diversificados, regulam os conflitos e organizam as modalidades da cooperação.<sup>1</sup>

---

\* Discurso de posse da Direção do CRH/UFBA – Biênio jan.2001/jan. 2003. Salvador, 29.01.2001

\*\* Pesquisadora do Centro de Recursos Humanos – CRH/UFBa. Professora do Programa de Pós-Graduação da UFba. Pesquisadora Associada ao CREDAL-CNRS.

<sup>1</sup> Remeto, aqui, a questões por mim apresentadas nas introduções dos v. 24/25 (1996) e 26/27 (1997) do **Caderno CRH**.

O resultado dessa transição tem se expressado sob a forma de **perda ou crise** de referenciais, de paradigmas explicativos, de legitimidade e coesão social, e explodido, no nível societal, em anomias e no enfraquecimento de mediadores que regulam as relações entre sociedade e Estado, a definição de papéis entre instâncias públicas e privadas, as condições de formação do espaço público, etc.

Ora, se as mudanças têm se expressado, de um lado, em **crises**, elas também têm apresentado **potenciais criadores**, através da emergência e formação de novos atores na cena política, pelo estímulo às inovações, expressando a necessidade de reconstruir projetos e repensar criticamente velhos e novos referenciais pelos quais organizamos nossas práticas e construímos projetos de futuro.

Numa sociedade des-encantada e num Estado em crise, a Universidade se apresenta duplamente desafiada: de um lado, pelas exigências crescentes da sociedade, a demandar respostas num contexto de restrição do Estado; de outro, ela afigura-se como instituição capaz de recriar a utopia.

O que quero dizer é que as mudanças societárias que afetam o pensamento social, os principais paradigmas e as referências conceituais também interferem sobre as instituições científicas e acadêmicas, redefinindo os marcos institucionais em que atuam Universidade e pesquisadores, reforçando o papel genuíno das ciências sociais e da própria Universidade, de cultivar e produzir uma lúcida consciência de si própria.

Há, portanto, um papel estratégico que cabe, mais particularmente, ao pensamento social frente ao contexto de mudanças. Ele se expressa no compromisso de acompanhar criticamente as novas tendências em que se movem a teoria, a pesquisa, a política acadêmica e suas instituições no mundo contemporâneo, no estímulo à inovação e na ordenação de novas capacidades e sensibilidades sociais e científicas. Esse compromisso deve integrar-se num projeto que considere o caráter desigual da nossa sociedade, o papel fundamental do Estado na regulação de uma política social que contemple a formação da cidadania, a universalidade de direitos, como condição efetiva da justiça social, dentro de parâmetros de exigências que aprofundem a qualidade do trabalho científico, a busca da excelência e o mérito acadêmicos.

Entendo que talvez esse seja o principal desafio que temos diante de nós, o qual, certamente, não se completa num curto prazo, nem num esforço de pessoas ou instituições isoladas. Ao contrário, requer maior temporalidade e impõe **esforços partilhados de abertura ao debate e à crítica do trabalho de investigação, em instâncias internas e externas à comunidade científica e frente aos atores sociais.**

Como organizar a cooperação e o intercâmbio? Como reverter a potencialidade inscrita nos trabalhos realizados, em capacitação interna e na **formação de uma agenda crítica das ciências sociais**? Como articular uma agenda mínima que identifique **questões fundamentais** ao pensamento social, com **questões estratégicas** que organizem o trabalho científico e auxiliem na cooperação com diversos atores (acadêmicos e da sociedade)? Quais as principais continuidades e mudanças observadas no plano das problemáticas, do tratamento metodológico e da operacionalização dessas questões? Quais os principais parceiros atuais e potenciais? Quais as tendências apresentadas e os obstáculos a serem vencidos?

Essas são algumas das questões que nós temos formulado na vida institucional do Centro. A autoconsciência institucional, crítica e produtora de referenciais analíticos, exige um compromisso de todos na organização de uma pauta mínima de debates e atividades conjuntas que encaminhem a cooperação interna e externa, possibilitem a socialização dos resultados, a reprodução do trabalho de investigação no âmbito do ensino, reforçando e aprofundando a nossa própria capacidade de interferir em arenas públicas mais amplas e de influenciar na formação de novos quadros para a pesquisa, o ensino, o planejamento e a capacitação de agentes sociais.

### **QUE FATORES EXTERNOS TÊM CONDICIONADO A AGENDA SOCIAL E O GERENCIAMENTO DA PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS?**

Desde fins da década de 80, observou-se, de um modo geral, uma redução da capacidade de sustentabilidade da pesquisa institucional, determinada por dois fatores. De um lado, há a retração do sistema de fomento, com a reorientação do apoio de agências nacionais, como a FINEP, para a área de investimentos e de desenvolvimento tecnológico. De outro, verifica-se uma orientação prioritária do sistema em apoio às pós-graduações, desestimulando o financiamento a centros autônomos de pesquisa.

A partir da década de 90, outros fatores condicionam a agenda, parecendo reorientar as modalidades da pesquisa:

1. Em primeiro lugar, verifica-se um reforço no papel das agências internacionais no apoio à pesquisa social, acompanhando o processo de integração e as regulações supra-internacionais. Esse papel orienta-se para o desenvolvimento de uma ideologia da solidariedade, de socorro aos pobres, organizando e focalizando a ação a partir de recortes e segmentos específicos, como estratégia de enfrentamento de situações de desigualdade, interferindo na modalidade de realização da pesquisa, através do reforço à pesquisa-ação e condicionando a definição da pauta de investigação no âmbito interno das diversas instituições e grupos de pesquisa, com efeitos, portanto, tanto nas modalidades de realiza-

ção e utilização dos resultados, como na revitalização (seleção) de setores e temáticas.

Expressando preocupações da comunidade internacional com a agenda social para o desenvolvimento, as Nações Unidas, através de diversas cúpulas, definiram, durante a década de 90, metas e prioridades quanto a inúmeros dos problemas que afetam o desenvolvimento das Nações. Entre elas, destacam-se as questões da pobreza e do desenvolvimento sustentável, bem como a identificação das situações de desigualdade e riscos sociais para segmentos específicos das populações. Apontam ainda necessidades para a superação dessas questões, na linha do *empowerment* de agentes sociais (como a capacitação de agentes públicos e privados na execução de uma agenda social), e **focalização** do tratamento das questões de enfrentamento da pobreza, que passam a se constituir em campos prioritários da intervenção social em diversos países, especialmente naqueles que apresentam índices de desenvolvimento humano baixos e elevadas taxas de desigualdades.

2. No curso dessa dinâmica, há consensos quanto à pauta das agências, mas orientações nem sempre coincidentes quanto aos diagnósticos relativos à natureza e ao tratamento dessas temáticas, com incursões de natureza moral e política relativas à definição e tratamento dos pobres. Isso, por sua vez, dificulta a compreensão das matrizes referenciais distintas para os atores locais, frente a noções e definições como desenvolvimento local e sustentável, participação social, capital social, solidariedade, etc. Ou seja, essas categorias intermediárias, que hoje constituem paradigmas da ação social e pública contêm sentidos polissêmicos,<sup>2</sup> cuja falta de clareza pode conduzir a paradoxos na relação entre as práticas sociais solidárias e redistributivas e seus efeitos sobre a reprodução social.
3. Um segundo elemento a ser considerado, no contexto da década de 90, são as mudanças no âmbito dos Estados nacionais, ou, mais especificamente, os parâmetros da **ação governamental** quanto ao **tratamento das políticas sociais** no

---

<sup>2</sup> Podemos citar alguns trabalhos que tratam da crítica e do alcance de conceitos e noções tais como sociedade civil, participação social, Terceiro Setor, capital social, mercado informal de trabalho e economia popular e solidária, globalização, governança e governabilidade, espaço público, desenvolvimento durável, exclusão social, entre outros. O resgate dessas indicações funciona apenas como sinalização de algumas categorias e variáveis que vêm sendo cuidadosamente analisadas por alguns autores locais e de outras instituições que mereceriam ser avaliadas e consideradas na linha da formulação crítica das relações entre teoria e prática social. A composição dessas referências pode ser uma tarefa importante para início de discussão.

âmbito dos ajustes e da reforma do Estado, e os efeitos na **descentralização das políticas**.

- 3.1. Em relação às modalidades de tratamento das políticas sociais, uma avaliação dessas aponta para questões da focalização das ações – que coloca problemas no cruzamento das dimensões de universalidade de direitos *versus* a focalização e tratamento setorializado das políticas, entre outros.

O redesenho dessas políticas, por sua vez, tem induzido a necessidade de redimensionar a grandeza e o volume dessas populações-alvo, resultando numa estratégia governamental prioritária de **incentivo à produção da informação de base**, voltada para referenciar os novos recortes das novas políticas públicas, transformando **a pesquisa institucional e a produção da informação em variáveis estratégicas da ação pública**.

Essa estratégia, portanto, determina fluxos de **demandas para levantamentos socioeconômicos e demográficos**, como a produção de censos específicos, com novos recortes e metodologias que auxiliam na identificação de fenômenos emergentes, ao tempo que reforçam a investigação de caráter quantitativo para **a produção do dado primário**, capaz de quantificar a grandeza de fenômenos ligados à reprodução da pobreza, seus efeitos sobre segmentos populacionais em situação de risco e os processos de anomia ou carência decorrentes dessa condição, à exemplo da violência, da fome, do analfabetismo, etc.

- 3.2. Por fim, os ajustes institucionais de **descentralização da ação pública** parecem apontar, para uma tendência de novos formatos na linha do **financiamento** e da **flexibilização dos grupos de pesquisa**.

Em termos da **descentralização**, observam-se duas tendências. A primeira delas é a responsabilização das subunidades da Federação (os Estados) pela sustentação das atividades de fomento à C & T, ou seja, as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa passam a ter um papel importante no apoio e fomento no âmbito das instituições locais. Isso coloca dificuldades quanto aos critérios de atendimento dos fluxos locais, na competição entre a sustentação de órgãos vinculados ao sistema federal e da obrigatoriedade do sistema local em relação à rede estadual de ciência e tecnologia. A outra tendência é a de “descentralizar”, que parece orientar-se gradativamente para a transferência da responsabilidade do custeio e do investimento para as subunidades de ensino e pesquisa, o que acaba por afetar as condições de organização do trabalho científico e acadêmico, canalizando as capacidades acadêmicas existentes em esforços de gerenciamento, numa realidade em que essas **microunidades** acadêmicas não são, nem tradicional nem objetivamente vocacionadas para tal, sequer aparelhadas administrativamente para tal gerenciamento.

3.3. Quanto à tendência de **flexibilização** dos grupos de pesquisa e seletividade no apoio aos mais aptos, se, de um lado, esse formato e orientação podem liberar a capacidade criadora de grupos emergentes de pesquisa, podem conter riscos de perda de horizontes mais amplos na construção de um projeto institucional universitário. Por outro lado, o caráter seletivo do apoio institucional das agências aos grupos de excelência, se consolida a produção científica avançada, também aprofunda as dificuldades dos grupos mais fragilizados de pesquisa, reduzindo a capacidade de respostas desses grupos para a superação do seu círculo de dificuldades.

Na linha dos **efeitos positivos**, a revitalização da agenda externa sobre a agenda interna tem interferido positivamente na organização da pesquisa social, na medida em que gera estímulos a estudos sustentados por grandes matrizes societárias, cria objetivamente novos campos de definição e realização de projetos importantes, produz uma massa importante de informações primárias, capazes de constituir-se em patamar crítico das políticas públicas, favorece o desenvolvimento, a formação e a ampliação de equipes científicas, articula interesses de pesquisa com uma agenda mais ampla, atualizando a informação e dando contemporaneidade à pesquisa na área social, no âmbito de uma relação de parceria e sinergia entre universidade e sociedade.<sup>3</sup>

Sem desconhecer a importância desses processos, no entanto, é importante refletir-se a respeito das dificuldades e problemas que envolvem a **construção de uma agenda social no âmbito das ciências sociais** e de organização do trabalho científico.

Na linha das **dificuldades**, pode-se: (i) correr o risco de reverter a potencialidade da produção acadêmica a questões de gerenciamento da pesquisa; (ii) condicionar a pauta interna às possibilidades externas contingenciais; (iii) comprometer o alcance da atividade analítica por força de pressões do curto prazo dos trabalhos contratados ou das exigências contratuais que dificultam o uso e análise das informações; (iv) determinar limites quanto à autonomia na produção acadêmica, ficando a produção subordinada a critérios alheios a parâmetros universitários.

Isso supõe, evidentemente, apreender criticamente esses formatos, reconhecer potencialidades e limites e encaminhar princípios comuns que gerem a cumplicidade institucional, capazes de sedimentar responsabilidades partilhadas.

---

<sup>3</sup> Essa é a tradição que emerge no contexto da formação do projeto de desenvolvimento nacional dos anos 60/70. A constituição de uma política pública de Ciência e Tecnologia e de institucionalização da pesquisa e da profissionalização acadêmica, na década de 70, alteram esse quadro, na linha de uma sustentabilidade constituída no interior do próprio sistema de C & T.

## QUE CAMINHOS TOMAR?

Sem negar o imperativo desses processos, é fundamental **reconvertermos as tendências vigentes em projetos institucionais ativos, que estimulem a produção de um pensamento social crítico e auxiliem na definição de uma agenda mínima de problemáticas estratégicas fundamentais**. Isso não significa, absolutamente, uma atitude ingênua de isolamento ou de resistência a demandas de pesquisas, mas, pelo contrário, implica, exatamente, interagirmos com esses processos estruturantes como estratégia **interna de autocapacitação, de forma a nos abriremos à comunidade científica e aos agentes externos com identidade própria, redefinida e conseqüente com a pauta do debate partilhado**, que contemple a pluralidade dentro de princípios comuns de uma política acadêmica. Implica, também, partirmos objetivamente dos nossos próprios projetos e compromissos já assumidos, de modo a **reforçá-los** a partir da partilha e do amadurecimento sobre os efeitos positivos que trazem para a pesquisa, o ensino e a extensão universitária.

Essas questões não podem ser respondidas no contexto exclusivo do Centro, mas supõem a retomada de uma modalidade de organização do trabalho científico que envolva um **esforço coletivo do debate**, indagando-se sobre os significados das mudanças, o alcance de categorias intermediárias em que têm se movido as ciências sociais hoje, os novos paradigmas de organização da pesquisa social, a pertinência das velhas matrizes teóricas, as necessidades postas pelos agentes sociais e, finalmente, sobre nossa capacidade de resposta: o que somos, onde estamos e o que queremos. Isso nos permitiria **clarear continuidades e mudanças das décadas 80 e 90 e melhorar coletivamente nossos diagnósticos sobre dinâmicas recentes**.

Esses desafios do presente não são de natureza distinta daqueles que já vivenciamos no passado. Muda, no entanto, o contexto dos constrangimentos estruturais e as referências em que hoje eles emergem, num quadro de um Estado social enfraquecido, de desencanto social dos atores e de saídas que muitas vezes fomentam o interesse individual, tais como o pragmatismo e a perda de referências mais coletivos.

Se o contexto é paradoxal e complexo, tornando os desafios maiores e gerando uma perplexidade quase inibidora da crítica, contamos com um fator fundamental: dispomos de um quadro de pesquisadores mais amadurecidos na vida institucional e na pesquisa, o que nos habilita e estimula ao enfrentamento do debate como condição da renovação institucional. Por outro lado, dispomos de uma cultura institucional que, ao longo dos seus mais de trinta anos, pautou o seu trabalho em torno de dois pilares: exigência máxima quanto à qualidade do trabalho acadêmico, articulada ao máximo de compromisso social, garantidos por uma modalidade de gestão colegiada, em que predomina o caráter intrinsecamente democrático inerente à nossa própria prática científica.

Nesse sentido, a liberdade de criação, a partilha do conhecimento e a publicidade dos resultados ou das decisões quanto às escolhas de pesquisa têm sido imprescindíveis para sustentar o dinamismo da comunidade acadêmica, no qual têm papel decisivo a troca, a difusão científica, o debate crítico e a partilha de responsabilidades.

Parece que esse esforço é tanto mais rico ou exitoso quanto maior sejam o convencimento dos pesquisadores quanto à **importância de nos abirmos ao debate; a disposição em colaborar; e a consciência dos nossos limites e alcances.**

A idéia é renovar um projeto coletivo que aprofunde e estimule uma atitude institucional crítica e ativa, sem se dobrar frente à suposta **inexorabilidade** dos processos ou à **impotência** das formulações, nem derivar para um ideário ilusório, descolado das possibilidades reais de implementação de um programa institucional. Ou seja, federalizar as pesquisas em torno do interesse comum do debate crítico, sem comprometer a dinâmica interna dos próprios projetos, como condição de sua própria eficácia, mas partilhando da identidade de princípios, das escolhas estratégicas e das responsabilidades.

Efetivamente, a força de uma abertura científica para a sociedade supõe a sedimentação de uma força interna pautada no aperfeiçoamento da qualidade e do mérito, sendo a democratização das decisões e dos resultados da pesquisa a pré-condição do exercício dessa própria competência.

A “abertura ao outro”, ou o princípio da alteridade, é o sentido profundo da democratização do trabalho científico. Nesse sentido, ao **aumentarmos a nossa capacidade de resposta, não podemos perder a nossa capacidade de questionamento.**

Para que tal potencialidade seja concretizada, é preciso que superemos as pressões do curto prazo, que levam, na maioria das vezes, a renunciarmos à interpretação da prática que nos diz respeito.

E, retornando às premissas do início, concluímos, com apoio em Boaventura dos Santos, reafirmando que, numa sociedade desencantada, o **reencantamento do projeto universitário pode ser a via simbólica do futuro.**

Queremos ter um modesto papel no reencantamento da vida coletiva acadêmica, sem o qual o futuro não é apetecível, mesmo que viável.

Tal papel é assumidamente uma microutopia, mas sem essa, lamentavelmente, só teremos curto prazo.

Muito obrigada, *Anete Ivo*